

Objectividade e Ciências Sociais — o caso da Psicologia

LUÍS RETO (*)
ALBINO LOPES (*)

O que é específico nas ciências é fornecer conhecimentos objectivos.

Althusser, *Elementos de Auto-Crítica*.

INTRODUÇÃO

1. Porquê centrar a problemática das ciências sociais na objectividade?

Parece-nos que a objectividade é a questão central que as ciências sociais têm de enfrentar, uma vez que aspiram ao mesmo estatuto científico das ciências naturais⁽¹⁾.

A objectividade tem estado sempre ligada, ao longo da história das ciências, à problemática colocada pelas ciências da natureza, de tal forma que depressa estas se identificaram com as ciências objectivas. O estudo da realidade social depara-se assim com uma dupla dificuldade: ou as ciências sociais se reduzem a uma «física social» sendo-lhe o

seu estatuto científico conferido por um reductionismo naturalista, ou não poderão reivindicar-se de ciências, uma vez que o social não seria passível de experimentação.

É curioso notar que é com o nascimento da sociologia (Augusto Comte) que é vedada às ciências sociais a reivindicação do estatuto científico. A definição positivista de ciência nega, de facto, que o saber social seja objectivo. Esta concepção positivista de ciência dominou (e domina ainda) todo o pensamento ocidental, tanto nas ciências exactas como nas ciências sociais, e se as primeiras conseguiram em parte ultrapassá-la (Niels Bohr e outros), o mesmo não aconteceu com as últimas, sendo o positivismo e o neo-positivismo os principais responsáveis pelo seu actual bloqueio⁽²⁾.

A necessidade de elaborar uma teoria da objectividade parece-nos portanto essencial para que esta abordagem positivista das ciências possa ser ultrapassada.

2. Em que medida a Psicologia será afectada por esta concepção de ciência? Enquanto experimental, a Psicologia facilmente

(*) Gabinete de Planeamento e Formação do INE. Psicólogos, docentes do ISPA.

(1) Por exemplo, na tradição Anglo-Saxónica é (ou era) interdita a denominação de ciência, tratando-se de ciências sociais, sendo esta apenas reservada para as ciências naturais. Ver Bernal, *A Ciência na História*, Livros Horizonte, Lisboa, p. 1, vol. VI.

(2) Estaremos frente ao que Althusser denomina de reflexo da «luta de classes na teoria», ou a dificuldade prender-se-á com a dificuldade em definir uma teoria da objectividade que se apresente como operatória nas Ciências Sociais.

ganhou o estatuto de ciência no sentido positivo, contribuindo mesmo para o alargamento do campo das ciências naturais e, segundo o conhecido esquema de Piaget, seria o fechar do ciclo dessas mesmas ciências. Contudo nunca foi possível aos psicólogos encerrar definitivamente a Psicologia no campo das ciências naturais. A Psicologia encerra em si mesma uma contradição específica. Não deixa de ser curioso que Wundt, o fundador da Psicologia Experimental, reservasse doze volumes da sua obra àquilo que denominou a «Psicologia dos Povos».

Aliás, à medida que a investigação em Psicologia se foi desenvolvendo, a componente social deixava de poder ser iludida, embora uma articulação satisfatória entre a componente biológica e a social jamais tivesse sido possível⁽³⁾.

A polémica está longe de ter terminado e a crise que atravessam os SISTEMAS em Psicologia é disso reflexo.

De facto, a história da Psicologia não é mais do que a história da atracção/repulsão que cada um destes pólos sobre ela tem exercido. Daí que a Psicologia tenha sido classificada sucessivamente entre as ciências naturais (Wundt), as ciências sociais (tradição socializante) e, mais frequentemente, entre as ciências ditas humanas.

Como ultrapassar esta dicotomia?

Pensamos que a dificuldade se situa a dois níveis. Tendo nascido historicamente no seio das ciências naturais, a Psicologia não resistiu a reduzir o seu objecto ao domínio do observável, de modo a garantir o que consideramos uma pretensa objectivi-

dade. Deste modo, ficou-se cada vez mais longe de uma definição do objecto da Psicologia em que a complexidade do indivíduo (biológica e social) pudesse ser teorizada.

HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E OBJECTIVIDADE

1. Ciências naturais e objectividade

As ciências naturais, a partir de Galileu, impõem-se à consciência do homem moderno como reflexo da realidade da natureza. O critério de verdade do pensamento antigo e medieval assentava na ideia e vontade divinas, ou, concretizando melhor, o critério da verdade era o *direito* com o seu sistema de princípios e valores que através de uma pretensa ordem natural, não seriam mais do que a encarnação dos atributos e planos divinos⁽⁴⁾.

Com o corte galilaico, este critério de verdade é então descentrado do sujeito, mas, mais ainda, a concepção egocêntrica e geocêntrica do mundo é substituída pela concepção heliocêntrica. A partir daqui o sujeito não estará mais, pelo menos teoricamente, implicado no objecto conhecido. O físico francês André Rey diria no princípio do século que o mérito de Galileu foi o de encontrar uma forma de se tornar um observador exterior ao sistema planetário que descreveu, o que, sendo em parte exacto, não passa porém de uma metáfora⁽⁵⁾.

O pensamento de Galileu e o que ele implicou de transformação na mentalidade científica da época, criou as condições para que o conhecimento da natureza assentasse em leis que, uma vez estabelecidas, permitissem uma previsão exacta dos fenómenos.

(3) Vejam-se, por exemplo, duas tendências extremas: a da Psicologia das capacidades de Eysenk em que o social, embora presente, está subalternizado, e a posição de alguns epistemólogos ao considerarem a Psicologia Social como uma nova ciência dentro do conjunto das ciências sociais, demarcando assim uma nova fronteira entre as ciências naturais e sociais, que teria lugar no próprio interior da Psicologia.

(4) Bernal, *op cit.*, p. 1050, vol. VI.

(5) Sobre o recurso à metáfora veja-se um interessante texto de D. Lecourt *Para uma Crítica da Epistemologia*, Assírio e Alvim, pp. 33-35.

É aqui que a ciência começa a ter necessidade de uma definição. A ciência passa então a ser o conhecimento das leis objectivas que regem os fenómenos da natureza, e o conhecimento científico fica dependente de uma construção rigorosa da qual a observação, verificação/repetição e consequente generalização são as etapas principais.

Esta epistemologia das ciências da natureza foi extremamente fecunda, mas criou as condições para uma concepção positivista dominante ainda hoje, que reduz o conhecimento científico à aplicação do modelo experimental. Isto não só foi prejudicial às ciências do social, como contribuiu para a crise e atraso das ciências da natureza na transição do século XIX para o século XX, e que apenas nos anos 20 do nosso século foi possível superar⁽⁶⁾.

2. Ciências sociais e objectividade *Ruptura com a filosofia*

A leitura que Augusto Comte faz da história do saber é por si só uma ruptura com o pensamento escolástico e metafísico em geral, sem contudo ultrapassar a visão idealista da história. O crescente prestígio das ciências da natureza leva Comte a reduzir o conhecimento científico ao saber positivo. O vazio deixado pelo desaparecimento da metafísica é assim substituído por uma nova filosofia que arvora como princípio científico geral a quantificação e a experimentação. É esta nova filosofia que presidirá à elaboração da metodologia das ciências sociais, que fica assim, desde o início, subordinada às limitações da metodologia das ciências naturais e aos seus critérios de objectividade e de verdade. A autonomia das ciências sociais fica diluída desde a nascença e a própria possibilidade de existência do

(6) Acerca das crises em ciência vejam-se, por exemplo, obras tão diversas como *Lénine e a Filosofia*, de L. Althusser, ou *A Estrutura das Revoluções Científicas*, de T. Khun.

saber social como ciência fica comprometida.

O mérito histórico da metodologia positivista em ciência foi o de ter criado, apesar de tudo, a necessidade de conceber uma ciência social (no pleno sentido do termo) isto é, uma sociologia científica. A Durkheim caberia o mérito de elevar à categoria de ciência a intuição de Comte desenvolvida e aprofundada por Spencer e Galton.

Não há dúvida que a corrente positivista tem de igual modo o demérito de deixar uma porta aberta ao reducionismo biologizante, embora tenha efectuado uma tentativa séria para abordar o real como uno. Neste ponto teve de enfrentar um problema que se colocou desde sempre, o da necessidade/liberdade. O enorme avanço das ciências da natureza no século XIX coloca o problema do determinismo como preocupação primeira dos cientistas.

Uma vez que todas as ciências se propõem o conhecimento das leis, e uma vez que o problema da necessidade é colocado sempre em antagonismo com o da liberdade, que fazer desta última?

A tentação imediata é prescindir desta categoria, estando assim criadas as condições históricas que dariam origem a uma nova corrente de pensamento, o neo-positivismo que, sem ultrapassar a problemática anterior, a tenta equacionar em moldes novos.

Trata-se agora de descobrir a nova metodologia que ao nível do social e mesmo do individual revele e defina as leis do comportamento humano. Como na realidade não houve corte com a teoria positivista da ciência, o neo-positivismo tentará explicar o social, desde o comportamento humano ao funcionamento das Instituições, aplicando ao homem a metodologia desenvolvida pela biologia pós-darwiniana⁽⁷⁾.

(7) A influência da Escola de Viena no desenvolvimento do pensamento científico é analisada por Bernal, *op. cit.*, pp. 126 e segs.

A chamada filosofia do irracionalismo, herdeira do positivismo, viria a ter importantes repercussões na história da Psicologia, com o aparecimento da psicanálise. Sem pretendermos abordar profundamente o problema complexo da filiação da teoria analítica na escola neo-positivista, apenas queremos realçar a contaminação que provocou nas ciências sociais, o aparecimento da psicanálise. Através do conceito de inconsciente, a psicanálise parece-nos ter fornecido legitimidade e consistência às teorias que reduzem o social ao psicológico, entrando-se deste modo num verdadeiro ciclo vicioso⁽⁸⁾.

A Psicologia surge aqui como a árvore que pretende esconder a floresta e o psicologismo tende a instalar-se nas ciências do social. Este psicologismo evidente é entretanto mal aceite e a tentação é de negá-lo, atirando fora o bebé com a água do banho. A Psicologia enfrenta assim enormes dificuldades para se situar entre as ciências sociais, uma vez que funciona para estas como a sua má consciência. Se a Psicologia não pode ser considerada uma ciência social, o que lhe resta senão a eterna guerra intestina entre os seus múltiplos sistemas?

Dilacerada entre o positivismo e o neo-positivismo, a Psicologia ou se fecha dentro de si ou é empurrada para um ou outro pólo da classificação tradicional das ciências, não lhe sendo concedido lugar quer nas ciências sociais, quer nas naturais. Neste verdadeiro jogo do empurra está em causa algo que é fundamental, mas que é simples: é ou não possível uma ciência do social?

Do esquema positivista e neo-positivista está ausente a abertura para uma verdadeira

(⁸) Se de facto a psicanálise teve o papel que aqui lhe atribuímos, não deixa de ser oportuno referenciar que é do seu próprio interior que têm surgido as tentativas de a libertar do papel vocacional de «recalcar o social». Vejam-se as tentativas Freudo-Marxistas e concretamente a socio-psicanálise.

ciência da história, uma vez que nestas teorias o real aparece sempre como estático.

Para o positivismo a unidade do real nunca é resultante de uma dialéctica de contrários, mas o resultado de uma oposição entre indivíduos. Esta formulação teve a sua expressão mais extrema no que diversos autores apelidaram de Darwinismo Social⁽⁹⁾. Tentou-se deste modo arvorar uma teoria biológica em Teoria Geral da História. Como num fenómeno de balanceio, a contradição não é encarada; antes denegada. E a um reducionismo psicologizante sucede-se outro de sinal idêntico, mas agora biologizante. Este reducionismo é particularmente evidente na transposição mecânica dos modelos da Etologia para a Psicologia⁽¹⁰⁾.

3. *Unidade do real*

«Sendo o comportamento humano um *facto total*, as tentativas de separar os seus aspectos “material” e “espiritual” só podem representar, no melhor dos casos, abstrações provisórias que implicam sempre grandes riscos para o conhecimento. É por isso que o investigador deve esforçar-se por reencontrar a realidade total e concreta, mesmo quando sabe que só lá pode chegar de uma maneira parcial e limitada; para esse efeito, deve integrar no estudo dos factos sociais a história das teorias acerca desses factos e, por outro lado, ligar o estudo dos factos de

(⁹) Esta temática é desenvolvida longamente em *The four horseman*, Nova Iorque, 1976, Além disso é suficientemente ilustrativo, dispensando portanto qualquer comentário o subtítulo do livro. Lorenz, K. *A Agressão — Uma História Natural do Mal*, Moraes Ed.

(¹⁰) A este respeito é esclarecedor a invasão da Psicologia por conceitos provenientes da biologia, sem que um trabalho de reformulação tivesse sido efectuado, com os riscos que isso implica em termos da possível contaminação ideológica.

consciência à sua localização histórica e à sua infra-estrutura económica e social.»⁽¹¹⁾

Correndo o risco calculado, aceitamos o desafio de Goldmann, procurando também uma abordagem metodológica que, partindo da história das ciências, enfoque o real como uno, ou seja, que, pela actividade social do sujeito, integre o natural e o social. Assim, partindo do postulado da primazia da práxis, concebemos o conhecimento das leis da natureza como resultado de um processo em que uma «matéria prima» é transformada em ordem à criação de uma verdadeira «segunda natureza». A relação do homem com a natureza é, pois, de *transformação*, diferindo neste «pormenor» da relação que os outros organismos vivos têm com aquela. O conceito de «segunda natureza» integra assim dialecticamente a natureza e a sociedade.

Neste caso a actividade científica não se reduz ao conhecimento científico, mas é uma actividade social integral. A aquisição do conhecimento científico, como resultado das ciências da natureza funciona então como um dos instrumentos de apreensão científica do real social. A ciência do social tornou-se possível no contexto da actividade social do modo de produção capitalista, em que, pela primeira vez na história, a actividade do homem não podia ser explicada satisfatoriamente como resultado da acção divina, ou da consciência do sujeito. A História emerge assim como ciência, quer pela maturação dos conceitos ao nível das ciências da natureza, quer pela situação radicalmente nova ao nível social (Revolução Industrial). São as grandes massas humanas que, através da sua actividade social, se transformam em sujeito e motor da História.

Conhecedor das leis da natureza e da sociedade, o homem criou as condições para o conhecimento de uma Ciência do Indivíduo. A Psicologia aparece-nos deste modo não

como um acaso histórico, mas como fruto de uma dinâmica rigorosa e como necessidade de pensar o natural e o social no indivíduo, na sua autonomia e interacção dialéctica em que o biológico é mediatizado pelo social.

O problema da liberdade individual é, com o aparecimento da Psicologia científica, definido como a possibilidade de acesso ao conhecimento das leis que regulam o processo de transformação em que cada indivíduo se insere. A transformação seria então o resultado de uma unidade do FAZER e do SABER em cada indivíduo, ou seja, da sua «actividade social total»⁽¹²⁾. O ganho científico ao nível da práxis, concebida como processo de transformação, que a ciência veio possibilitar, tendo começado por uma distanciação do sujeito em relação ao objecto, culmina com o aparecimento da Psicologia num reencontro dialéctico do par Sujeito/Objecto. Este fechar de ciclo não esgota a possibilidade social do conhecimento científico, antes o relança numa contínua espiral. A intuição de Piaget com o seu esquema de classificação e circularidade das ciências aponta para esta perspectiva que, quanto a nós, deveria ser retomada e desenvolvida de modo a que não fosse reduzida, na prática, a um esquema de circularidade das ciências naturais⁽¹³⁾.

4. *Da objectividade à implicação*

Apesar do avanço que a formalização e a lógica piagetianas representam sobre as concepções positivistas e mesmo neo-positivistas, a problemática da objectividade surge ainda em Piaget centrada no par Sujeito/Objecto. «Em suma, a dificuldade epistemológica central das ciências do homem, que é a de ele

⁽¹¹⁾ Goldmann, Lucien. *Sciences Humaines et Philosophie*, Paris, Gouthoer, 2.^a ed., 1971, p. 34.

⁽¹²⁾ Nunes, Sedas. *Epistemologia das Ciências Sociais*, Ed. Presença, p. 22.

⁽¹³⁾ Piaget, J. *Psicologia e Epistemologia*, Ed. D. Quixote, p. 39.

ser ao mesmo tempo sujeito e objecto, prolonga-se por esta outra, a de que, sendo o objecto por seu turno um sujeito consciente e dotado de linguagem falada e de múltiplos simbolismos, a sua objectividade e condições prévias de descentração tornam-se assim mais difíceis e muitas vezes limitadas»⁽¹⁴⁾, ou ainda, «o objecto das ciências humanas que é, pois, um sujeito, difere bastante fundamentalmente dos corpos e das forças cegas que constituem o objecto das ciências físicas e mesmo dos objectos-sujeitos estudados pela biologia e pela etologia»⁽¹⁵⁾.

Embora Piaget faça constantemente uma profissão de fé na epistemologia das ciências, virando totalmente costas à filosofia, parece-nos que a dicotomia sujeito/objecto é uma reminiscência cartesiana, senão mesmo uma actualização das categorias *Res Cogitans-Res Extensa*⁽¹⁶⁾.

Althusser, partindo da mesma problemática constrói e absolutiza um outro par teórico, Ciência/Ideologia, fazendo de certo modo corresponder ciência ao objecto e ideologia ao sujeito. O objecto epistémico é para Althusser um objecto sem sujeito. Pensaria Althusser ter deste modo ultrapassado a contaminação do objecto pelo sujeito, em ciência?

O próprio autor, no seu livro *Elementos de Auto-Crítica*, veio reduzir a amplitude inicialmente dada a este par, fazendo a crítica do que ele apelida do seu principal desvio: o Teoricismo. Seja como for, para Louis Althusser, as ideologias têm uma função de ocultação da verdade, enquanto a ciência teria a missão nobre de explicitação da verdade. No decorrer da prática científica, a oposição entre verdade e erro destrói a máscara que ocultava este último. A ciência seria assim chamada a tomar posição

numa luta mais vasta, a luta de classes, desenvolvendo-a na teoria⁽¹⁷⁾. As ideologias não se combatem contrapondo-as a outras ideologias, mas alargando o campo científico a toda a esfera do real. No caso concreto do investigador das ciências sociais, Myrdal, por exemplo, parece-nos representar um esforço sério na superação do problema da objectividade nas ciências sociais. Tendo como base a noção de *Valoração*, centra toda a sua atenção neste pólo, tentando, com exemplos concretos, desmistificar as concepções positivistas nas ciências sociais ao demonstrar como os modelos económicos aplicados ao Terceiro Mundo estão inquinados pela cultura e interesses ocidentais, de forma que o que é tido como ciência no Ocidente provoca efeitos desastrosos quando aplicados a outras realidades socioeconómicas.

«Depressa descobri que esta crença implícita na existência de um corpo de conhecimentos científicos obtidos independentemente de qualquer valoração não era mais do que a manifestação de um empirismo ingénuo»⁽¹⁸⁾. Ou ainda, «os factos não se organizam em conceitos e teorias por simples efeitos de observação; de facto, e excepto no interior de uma estrutura de conceitos e teorias, não há factos científicos, mas apenas o caos. Há sempre um elemento *apriorístico* em todo o trabalho científico. Teremos sempre de formular as perguntas antes de podermos encontrar as respostas. As perguntas são formas de expressão do nosso interesse no mundo; são, na sua própria base, valorações. Portanto, as noções valorativas estão necessariamente presentes já na fase de observação dos factos e no desenvolvimento da análise teórica, e não

⁽¹⁴⁾ Piaget, J. *A situação das ciências do homem no sistema das ciências*, Bertrand, p. 55.

⁽¹⁵⁾ *Idem*, p. 54.

⁽¹⁶⁾ Merani, A. *Psicologia e Alienação*, México, col. 70.

⁽¹⁷⁾ Queremos deixar bem explícito que a ciência nasce da prática, não havendo uma oposição Teoria/Prática. A distinção que fazemos é lógica e não ontológica.

⁽¹⁸⁾ Myrdal, G. *Objectividade e Ciências Sociais*, Assfrio e Alvim, p. 13.

apenas na fase em que se extraem as consequências políticas dos factos e valorações»⁽¹⁹⁾.

Embora Myrdal tenha o mérito de desmascarar o cientifismo em ciências sociais e demonstre como este é utilizado como cobertura para acções meramente ideológicas, parece-nos não escapar a um certo neo-positivismo, pois ao fazer das valorações do sujeito o centro da sua análise em ordem à objectividade, corre o risco de apenas fazer o percurso que Bachelard percorre no seu livro mais «psicologista», *A Psicanálise do Fogo*.

«Il s'agit en effect de trouver l'action des valeurs inconscientes à la base même de la connaissance empirique et scientifique (...) donc montrer la lumière réciproque qui va sans cesse des connaissances objectives et sociales aux connaissances subjectives et personnelles et vice versa.»

5. *A necessidade de implicação*

Ao longo deste artigo pretendemos chamar a atenção para o facto de as ciências sociais terem sido sucessivamente espartilhadas entre o pólo do subjectivismo e o do objectivismo. Contra o subjectivismo colocamo-nos na linha dos que reconhecem na práxis a base do conhecimento e o critério último de verdade, assim como a utilidade da ciência na medida em que atinge a verdade objectiva (a verdade objectiva entendida neste caso como independente dos objectivos e/ou intenções pessoais). Ao objectivismo, disfarçado ou não do cientifismo ou de imparcialidade científica, contrapomos o princípio da implicação. Qualquer acontecimento ou facto social é à partida perspectivado de um determinado ângulo. Uma vez que isto é assim, o objectivismo é uma tomada de partido pelo «expon-

taneísmo», negando o factor subjectivo no processo de transformação/conhecimento.

A unidade dialéctica do objectivo e do subjectivo aparece-nos como princípio fundador da objectividade em ciências sociais. É nesta dialéctica do objectivo e do subjectivo que o elemento «consciência» nos surge como questão central.

A preparação e a concretização da transformação social passa pela consciência e pela necessidade do seu crescimento qualitativo. A liberdade da necessidade que atrás definimos e aqui explicitamos com o conceito de elemento subjectivo, não se confunde com as interpretações fatalistas das leis, uma vez que o factor subjectivo condiciona a necessidade histórica que preside ao desenvolvimento e transformação da sociedade.

Propusemo-nos demonstrar que as ciências sociais não podem ser pensadas sem a Psicologia. Para tanto é necessário que esta última seja mais do que uma *ciência da conduta* e do que mera *interdisciplinarietà*, mas antes que seja encarada como a ciência do homem em situação, o homem implicado. A Psicologia conquistará a partir daqui o direito a ser tratada como ciência e uma ciência que tem o seu objecto definido (o facto psicológico) e um programa, que possibilite uma cosmovisão do próprio conhecimento através do conhecimento do homem.

6. *Que perspectivas para uma Psicologia do homem individual historicamente situado, e implicado no devir social?*

Pensamos que a Psicologia, através de uma *abordagem sistémica*, terá de ultrapassar a concepção do homem como resultado da interacção de elementos psíquicos atomizados, detidos na sua particularidade ou amalgamados sincreticamente (Wundt), insistindo nas gradações que os modificam contínua e incessantemente.

⁽¹⁹⁾ *Idem*, p. 16.

Através de uma *abordagem funcional*, deverá tomar em linha de conta mais as estruturas e os níveis funcionais do que a anatomia das estruturas que as sustentam fisiologicamente.

Através de uma *abordagem antropológica*, não poderá separar o indivíduo do passado da espécie, da dinâmica evolutiva geral do fenómeno Vida e da sociedade a que pertence. Uma unidade entre a natureza biológica e a situação socio-psíquica: Natureza-Indivíduo-Sociedade.

Através de uma *abordagem dialéctica* deverá ter como ponto de referência a unidade da matéria e da consciência (transformação ontológica do quantitativo em qualitativo — descontinuidade entre estádios), síntese evolutiva da praxis e da gnosis convertida em pensamento.

Temos consciência que a Psicologia apenas iniciou a sua caminhada. Historicamente espartilhada por um debate que a ultrapassa, a Psicologia parece-nos no entanto poder vir a constituir-se na tão falada ciência charneira entre as ciências naturais e ciências sociais.

RÉSUMÉ

Les auteurs se proposent de tracer les grandes lignes de developement de la Psychologie en tant que science de l'homme (individu impliqué historiquement), de façon à dépasser les difinitions reducionistas de Psychologie comme science de la conduite, ou comme masque d'une veritable théorie général de l'Histoire.